

## **O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital<sup>1</sup>**

María Fernanda Escurra<sup>2</sup>

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles.

*K. Marx*

### **Resumo:**

Este artigo aborda a diferença do trabalho como categoria específica e fundante na gênese e no desenvolvimento do ser social e a centralidade que o trabalho adquire na sociedade capitalista. Tal centralidade unidimensionaliza os indivíduos e os submete a um tipo de dominação abstrata, nova e específica desta forma de organização social. Daí é possível concluir, de acordo com autores marxistas contemporâneos, que a crítica de Marx é crítica negativa do trabalho no capitalismo e, por isso, a crítica à centralidade do trabalho é um imperativo para a crítica do capital.

**Palavras-chave:** Marx; trabalho; centralidade; estranhamento; crítica negativa; capital.

### **Labor as founding category of social being and the critique of its centrality under capital**

### **Abstract:**

This paper discusses the difference between labor as a specific and founding category in the genesis and development of social being and the centrality labor taken on the capitalist society. Such a centrality reduces individuals to one-dimensional – as laborers – and subject them to a new form of abstract

---

<sup>1</sup> Fragmento, com modificações, extraído da minha tese de doutorado (cf. ESCURRA, 2015).

<sup>2</sup> Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

domination, specific to this form of social organization. Hence it is possible to say, according to contemporary Marxist authors that Marx's critique is a negative critique of labor in capitalism and, for that reason, the critique of the centrality of labor is an imperative to the critique of capital.

**Keywords:** Marx; labor; centrality; alienation; negative critique; capital.

## ***Introdução***

Este texto procura pôr em evidência a diferença do trabalho como categoria específica e fundante do ser social e a centralidade que o trabalho adquire sob o capital. Para isso, inicialmente, assinala-se, com base em Lukács, o caráter fundante do trabalho na gênese e desenvolvimento do ser social para, na sequência, indicar que a centralidade do trabalho é exclusiva do capitalismo e que sua crítica é um imperativo para a crítica do capital.

### ***O trabalho categoria fundante do ser social***<sup>3</sup>

Para Lukács (2013), o trabalho, por se tratar de uma atividade originária<sup>4</sup>, contém em germe todas as outras determinações que constituem a essência do que é novo no ser social em relação aos seres orgânicos e inorgânicos. Por esse motivo, como mostra o autor, o trabalho é a categoria que permite investigar o “complexo concreto de sociabilidade como forma de ser” e adquire, conseqüentemente, prioridade ontológica na sua análise. Entretanto, observa Tertulian, a identificação feita por Lukács do trabalho como a “célula geratriz” não significa limitar a vida social ao trabalho, ao contrário, esta identificação prova que a progressiva diferenciação da vida social em uma “multiplicidade de complexos heterogêneos” radica no trabalho como atividade originária (2009, pp. 380-1).

Atribuir prioridade ontológica a uma categoria com relação a outra, ademais, explica Lukács (2012, p. 307), não tem que ver com hierarquias de

---

<sup>3</sup> Uma síntese do pensamento de Lukács sobre o papel do trabalho na gênese do ser social e, portanto, seu caráter fundante pode ser vista no conhecido texto que o autor redigiu como base para uma conferência (cf. LUKÁCS, 1978, pp. 1-23). As considerações aqui expostas se inspiram nos aspectos desenvolvidos em Duayer; Escurra; Siqueira (2013).

<sup>4</sup> Talvez seja oportuno ressaltar que Lukács, ao examinar o trabalho como categoria fundante na gênese e no desenvolvimento do ser social, deixa evidente que não analisa particularmente a forma que esta categoria assume na sociedade capitalista, nem tampouco o papel do trabalho na constituição e dinâmica dessa formação social. Dado o grau de abstração, claramente assinalado pelo autor na sua *Ontologia*, o trabalho é examinado como “condição eterna da vida humana”. Dentre outras várias passagens em que sublinha este aspecto, cf. Lukács (2013, p. 44).

valor, mas quer dizer que, dadas duas categorias, a primeira pode existir sem a segunda, porém o contrário é ontologicamente impossível: por exemplo, pode existir ser sem existir consciência, mas o contrário é impossível. A prioridade ontológica atribuída ao trabalho em relação a outras formas de atividade é definida da seguinte forma:

o trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para tornar-se [dever] homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012, p. 348)<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, Lukács, com o propósito de investigar a gênese do ser social, inicialmente procura analisar os vínculos e as diferenciações entre o ser meramente orgânico e o ser social. Tal gênese pressupõe a passagem de um nível de ser a outro, um “salto ontológico” que, ao contrário da continuidade normal do desenvolvimento, representa uma ruptura. O autor afirma que não é possível investigar a gênese do ser social por meio de uma experiência que reproduza os momentos de transição entre o animal e o ser humano. O caráter histórico do ser social impede o experimento de reconstrução das fases intermediárias desse processo de transição. Por essa razão, por se tratar de um salto, é impossível inferir a forma posterior das anteriores, seja por dedução seja por indução; depois deste salto tem sempre lugar o aperfeiçoamento da nova forma de ser. Além disso, como estrutura superior, o ser social não deriva diretamente de estruturas naturais menos desenvolvidas e inferiores (LUKÁCS, 2012, pp. 312-3).

Essa passagem de um nível de ser a outro constitui um processo de extrema lentidão, de superação qualitativa da vida orgânica que, em síntese, representa uma mudança qualitativa e estrutural do ser. O momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e o estabelecimento da vida especificamente humana reside no trabalho. Por conseguinte, o trabalho se apresenta como meio da autocriação do ser humano como ser humano: “[n]o trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que (...) constituem a essência do novo no ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Tertulian, com o objetivo de esclarecer a posição de Lukács no cenário filosófico contemporâneo, explica que a prioridade ontológica do trabalho não significa a ocultação de outras formas de intersubjetividade, como o direito, a política, a ética, a moral (2009, p. 387).

<sup>6</sup> Lukács explica que “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social. No entanto, é preciso sempre ter claro que com essa consideração

Também sob esse aspecto o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 82)<sup>7</sup>

Diferentemente da categoria trabalho, todas as outras categorias supõem o salto como já acontecido, em essência já têm um caráter social e se desdobram no ser social já constituído. Esse é o caso de outras três categorias decisivas relacionadas por Lukács (linguagem, sociabilidade e divisão do trabalho) para explicar que elas requerem que o ser social já esteja plenamente constituído e pressupõem, por este motivo, o referido salto como já sucedido. Em suma, fica evidente, desse modo, que o trabalho é a categoria fundante, essencialmente intermediária, porque é o vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza, assinalando a passagem do ser meramente biológico ao ser social e, com isso, o estabelecimento da vida especificamente humana. Por essa razão, é possível afirmar que é no trabalho que o ser social cria o seu mundo, dele resultam as formas de objetividade do ser social que se tornam cada vez mais claramente sociais e se desenvolvem à medida que a práxis social emerge de modo cada vez mais explícito (LUKÁCS, 1978, p. 17).

Para Lukács, “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (2013, p. 43). Portanto, o autor, como Marx, identifica a essência ontológica do trabalho no seu aspecto originário, na inter-relação entre o ser humano (sociedade) e a natureza (tanto inorgânica como orgânica), para a criação de objetos úteis à vida (valores de uso), como trabalho útil, condição da existência humana, independente de todas as formas sociais. Tal essência do trabalho humano explica que o carecimento material põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho, cuja satisfação só se realiza como resultado de uma cadeia de mediações que, ontologicamente, existe apenas em função dessa satisfação. Essa cadeia consiste nas relações entre o homem e a natureza que, gradativamente, na superação da imediatidade e como resultado do impulso específico do próprio trabalho, são mediadas

---

isolada do trabalho aqui presumido se está efetuando uma abstração (...). O que fazemos é, pois, uma abstração *sui generis*; do ponto de vista metodológico há uma semelhança com as abstrações das quais falamos ao analisar o edifício conceitual de *O capital* de Marx” (2013, pp. 44-5).

<sup>7</sup> Sobre o “recoo das barreiras naturais”, ressalta Lukács, que todas as categorias decisivas do trabalho “vão superando cada vez mais sua ligação originária predominantemente com a natureza, assumindo de modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social” (LUKÁCS, 2012, p. 319).

por categorias sociais mais complexas. Com isso, é correto afirmar que a satisfação de necessidades por meio do trabalho é mediada e que todo produto do trabalho, quando terminado, tem para o homem que o utiliza uma nova imediatidade, dessa vez não mais natural (LUKÁCS, 2013, p. 128). Tais mediações transformam tanto a natureza como os homens que nela atuam e as suas relações recíprocas de maneira permanente e simultânea. É justamente nessa dinâmica que se assenta o caráter decisivo do trabalho como categoria fundante do ser social.

Lukács se pergunta, dado que o trabalho existe, quais são as condições fundamentais que precisam estar presentes para que ele exista, identificando, assim, as determinações (categorias) que já estão pressupostas no trabalho e que são fundamentais para a compreensão da gênese e constituição do ser social. A separação entre sujeito e objeto e a consciência dessa separação por parte do sujeito é necessária para o trabalho existir, pois unicamente com esse distanciamento o sujeito está em condições de pôr uma finalidade. O pôr teleológico exige também certo grau de conhecimento da natureza para possibilitar a concepção da finalidade e, de modo adequado, manipular os meios necessários para a realização do fim idealmente posto.

Marx ressalta, como se sabe, a capacidade que o ser humano tem de projetar previamente aquilo que depois vai produzir, o que demonstra o caráter não epifenomênico da consciência, em oposição à estruturação existente nas chamadas sociedades animais (abelhas e formigas, por exemplo), que consiste em uma regulação biológica das ações, sem possibilidade de desenvolvimento. Por conseguinte, o trabalho realiza um pôr teleológico que dá origem a um novo produto do trabalho, uma nova objetividade, e resulta em um desenvolvimento contínuo<sup>8</sup>.

A partir dessas breves considerações, pode-se ressaltar que, no capítulo da *Ontologia do ser social* que trata do trabalho, o objetivo principal de Lukács é, com base na análise deste complexo, capturar o desenvolvimento e a diferenciação crescentes do ser social, que têm sua gênese no próprio trabalho. Trata-se, como já assinalado, do trabalho como categoria fundante na gênese e no desenvolvimento do ser social, atividade específica do ser humano, que permite a sua autocriação e, por isso, a possibilidade de sua reprodução ampliada.

---

<sup>8</sup> Cabe aqui lembrar a conhecida passagem de Marx: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (1994, p. 202).

## ***O aumento da produtividade do trabalho social e a centralidade do trabalho sob o capital***

O aumento da produtividade do trabalho social, observa Duayer (2012, p. 46)<sup>9</sup>, é o pressuposto do processo que possibilita o desenvolvimento das capacidades e dos respectivos desfrutes do ser humano, assim como a emergência e crescente diferenciação de esferas que é a marca da historicidade do ser social. Neste particular, Lukács (2012, pp. 347-8) observa que o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos é o outro lado do que expressa, em termos gerais, a lei do valor como diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário. Tal observação de Lukács pode ser equiparada à formulação de Marx segundo a qual, pondo-se de lado a limitada forma burguesa de riqueza como valor, como comando sobre o trabalho alheio,

o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais (...)? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente (...)? [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? (MARX, 2011, pp. 399-400).

Sob o capital, porém, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, mostra Marx, cresce o trabalho objetivado em relação ao trabalho vivo; aliás, trata-se, de acordo com ele, de uma proposição tautológica, "pois o que significa força produtiva do trabalho crescente senão que se requer menos trabalho imediato para criar um produto maior e que, portanto, a riqueza social se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho" (2011, p. 705), expressando, desse modo, a autonomia mais extraordinária das condições objetivas do trabalho em relação ao trabalho vivo? Tal autonomia, nesta forma de organização social, confronta em dimensões cada vez mais impressionantes a riqueza social com o trabalho como poder estranho e dominador. Em consequência, afirma Marx, a ênfase

não recai sobre o ser-objetivado, mas sobre o ser estranhado, ser alienado, ser-venalizado – o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, *i.e.*, ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos (2011, p. 705).

---

<sup>9</sup> O texto de M. Duayer referido pela autora está publicado, com modificações, neste número de *Verinotio*. [N.E.]

O aumento da produtividade do trabalho social sob o capital se manifesta, portanto, como poder dominador das condições objetivas do trabalho sobre o trabalho vivo, mas também vem acompanhado da emergência e crescente diferenciação de esferas. Desse modo, o trabalho, embora fundante, torna-se proporcionalmente decrescente no conjunto de complexos que compõem o ser social (DUAYER, 2012, p. 45). Justamente por esse motivo a centralidade que o trabalho assume no capitalismo constitui a contradição primordial desse sistema, cada vez mais evidente na moderna sociedade capitalista. Por essa razão, o autor, com base na formulação marxiana, defende a ideia de que a crítica de Marx é “crítica da centralidade do trabalho” (2012, p. 45)<sup>10</sup>.

Na mesma linha argumentativa, Postone (2014), em sua reinterpretação da teoria crítica madura de Marx, sublinha que a constituição histórica específica que o trabalho assume no capitalismo – como uma classe de mediação social característica e distintiva desta sociedade – determina a “centralidade do trabalho”. Sob o capital, tal centralidade para a vida social significa que as relações sociais são caracterizadas principalmente como relações constituídas pelo trabalho (POSTONE, 2005, p. 264). Por conseguinte, observa Postone, a peculiaridade da estrutura social sob o capital é ser constituída pelo “trabalho, pela qualidade historicamente específica do trabalho no capitalismo. Portanto, as relações específicas e características do capitalismo só existem por meio do trabalho” (2014, p. 180)<sup>11</sup>.

Essa noção de centralidade, na avaliação de Postone (2005; 2014), não subentende uma concepção transistórica de trabalho, não está relacionada ao fato de que a produção material é uma precondição eterna da vida social (como produção de valores de uso), nem significa atribuir uma

---

<sup>10</sup> É importante registrar que a ênfase na diferenciação do trabalho como categoria fundante e a centralidade do trabalho no capitalismo deve-se a Duayer. O autor argumenta que restauração da crítica ontológica do capitalismo é “crítica da centralidade do trabalho” (cf. DUAYER, 2011; 2012).

<sup>11</sup> A noção de que, na obra da maturidade de Marx, o trabalho está no âmago da vida social é resumida por Postone da seguinte maneira: “não se refere simplesmente ao fato de a produção material ser sempre uma precondição de vida social. (...) o que determina uma sociedade é também a natureza das suas relações sociais. O capitalismo, de acordo com Marx, se caracteriza pelo fato de suas relações sociais fundamentais serem constituídas pelo trabalho. O trabalho no capitalismo se objetiva não somente nos produtos materiais – o que ocorre em todas as formações sociais – mas também nas relações sociais objetivadas. (...) o duplo caráter do trabalho determinado por mercadorias é tal que a esfera do trabalho no capitalismo medeia relações que, em outras formações, existem como uma esfera de interação social aberta. Assim, ela constitui uma esfera social quase objetiva. Seu duplo caráter significa que o trabalho no capitalismo tem um caráter socialmente sintético que o trabalho em outras formações não possui. O trabalho como tal *não* constitui uma sociedade *per se*; mas o trabalho no capitalismo constitui de fato essa sociedade” (2014, p. 184, grifos do autor).

importância maior à produção material como dimensão da vida social<sup>12</sup>. Ao contrário, ele ressalta que tal noção reside no fato de que a forma mercadoria das relações sociais, como analisada por Marx, caracteriza-se por estar constituída pelo trabalho cuja especificidade histórica é seu caráter duplo. Com isso, na perspectiva do autor, a centralidade do trabalho está determinada pelo papel histórico, peculiar, do trabalho no capitalismo, pelo caráter abstrato e dinâmico dos processos sociais mediados por esse trabalho e que constituem suas características fundamentais. Nas palavras do autor,

[o] que torna geral o trabalho no capitalismo não é simplesmente o truísmo de ele ser o denominador comum de todos os vários tipos específicos de trabalho; pelo contrário, é *a função social do trabalho que o torna geral*. Como atividade socialmente mediadora o trabalho é abstraído da especificidade do seu produto e, portanto, da especificidade de sua própria forma concreta. (...) “trabalho em geral” serve de uma forma socialmente geral como atividade mediadora. Ainda assim, trabalho, como trabalho abstrato, é não apenas socialmente geral no sentido de que constitui uma mediação entre todos os produtores; o *caráter* da mediação também é socialmente geral. (POSTONE, 2014, p. 178, grifos do autor).

Na sociedade capitalista, ademais, apesar de a mercadoria ser a principal categoria estruturante, o trabalho e seus produtos não estão distribuídos por relações de poder e dominação explícitas de tipo tradicional. Em lugar disso, os produtos de todos os indivíduos são adquiridos mediante o trabalho, que substitui assim aquelas relações tradicionais, dando lugar a uma nova classe de interdependência (universal) em que ninguém consome o que produz e todos dependem da produção de todos. Desse modo, o trabalho constitui o meio que permite adquirir os produtos dos demais, visto que ninguém consome o que produz. Por conseguinte, a função do trabalho e dos seus produtos passa a ser um meio para obter produtos dos outros.

Trata-se de uma “nova forma de dominação social” que, segundo Postone, exerce uma “compulsão social abstrata” cujo caráter objetivo é historicamente novo e cuja determinação inicial é a de que os indivíduos são compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver (2014, p. 186). Nesta sociedade, por esse motivo, o pertencer se dá como trabalhador, o trabalho adquire centralidade nesta forma de sociabilidade, forma que é determinada pela troca generalizada dos produtos do próprio trabalho.

---

<sup>12</sup> Postone (2014) tenta mostrar os seguintes aspectos principais em relação à obra madura de Marx: as suas categorias são historicamente específicas, a análise do trabalho também possui esta especificidade, trata-se de uma crítica tanto do modo de produção como do modo de distribuição, e sua crítica é uma “crítica do trabalho no capitalismo”.



A centralidade do trabalho no capitalismo fica evidente quando Marx ressalta que os indivíduos nesta sociedade se relacionam como meros trabalhadores (2011, p. 388). É próprio desta forma de organização social o indivíduo aparecer como trabalhador nessa “nudez” e nu de outras relações sociais; em contraste, nas formas que precederam a sociedade capitalista os indivíduos não se relacionavam como trabalhadores. Em suas palavras,

os indivíduos não se relacionavam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham. A finalidade desse trabalho não é a *criação de valor* – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho *alheio*, *i.e.*, produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um *trabalhador*, nessa nudez, é ela própria um produto *histórico* (MARX, 2011, p. 388, grifos do autor).

De acordo com Postone, para Marx o trabalho no capitalismo atua como “mediação social” (2014, p. 67) e, portanto, não constitui puramente uma atividade produtiva, representando, por esta razão, uma qualidade que é histórica, única. Ele argumenta que a teoria madura de Marx “não é uma teoria do trabalho *per se*, senão dos atos do trabalho enquanto atividades mediadoras no capitalismo” (POSTONE, 2005, p. 273). O autor, na sua exposição, deixa patente que a análise de Marx é uma crítica dessa forma de mediação social, sob o ponto de vista da possibilidade histórica de outras formas de mediação sociais e políticas.

Segundo Marx, nessa forma de organização social, a necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de valor de troca, no dinheiro, comprova que o poder social dos indivíduos reside nessa “forma coisal” e demonstra: que eles produzem unicamente para a sociedade e na sociedade; que sua produção não é imediatamente social, os indivíduos estão submetidos à produção social que existe fora deles como uma “fatalidade” (2011, p. 106). Daí o fato de que para os indivíduos a condição universal da troca aparece como algo estranho, autônomo, que existe independente deles. Os indivíduos, que nas sociedades pré-capitalistas possuíam laços abertos de dependência, sob o capital passam a ser dominados por uma “relação de dependência coisal”, por abstrações. Em síntese, a dependência coisal pode ser resumida como “relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes” e “suas relações de produção recíprocas se apresentam deles próprios autonomizadas” (MARX, 2011, p. 112).

A independência dos indivíduos entre si e em relação às condições de existência – visto que são quebrados os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, de cultura etc. – não passam de mera ilusão e aparecem para eles, apesar de geradas pela sociedade, como condições

naturais, incontrolláveis (MARX, 2011, p. 111). Pode-se afirmar que esta independência, de fato, é ilusória, se considerada a substituição da dependência pessoal pela dependência universal dos indivíduos das relações constituídas por suas práticas e deles autonomizadas.

Essas são as circunstâncias que, para Marx, indicam que o “trabalhador se torna um servo de seu objeto” (2012, p. 81), na medida em que cada vez mais o mundo exterior deixa de ser um meio de vida do seu trabalho, um objeto que lhe pertence; e cada vez mais o mundo externo, a natureza sensível deixa de ser um meio imediato para a subsistência física do trabalhador. “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (2012, p. 82). Mais uma vez, esta passagem não deixa dúvidas de que a crítica de Marx é crítica do trabalho no capitalismo, crítica da forma social que, como afirmado, unidimensionaliza os sujeitos como trabalhadores.

A mistificação do capital se estende também às forças produtivas sociais do trabalho que, conforme observa Marx (1985, p. 124), apresentam-se como forças produtivas do capital, como propriedades a ele inerentes, visto que dentro do processo de produção o trabalho vivo já está incorporado no capital. A inversão aqui é equivalente àquela que Marx distingue no “reino nebuloso das crenças”: no processo de produção, na produção material – da mesma forma como acontece na religião, no terreno ideológico –, dá-se a conversão do sujeito em objeto e vice-versa (MARX, 1985, pp. 55-6). Trata-se da dominação do “capitalista sobre o trabalhador”, “da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor” (MARX, 1985, p. 56). Nas palavras de Marx,

[o] trabalho objetivado passado se torna, assim, senhor do trabalho vivo, presente. A relação de sujeito e objeto é invertida. Se já no pressuposto as condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho e, portanto, do trabalho real aparecem em face do trabalhador como potências autônomas de sua própria conservação e aumento – instrumento, material, meios de subsistência, que se dedicam ao trabalho somente para absorverem em si mesmos mais trabalho –, a mesma inversão aparece ainda mais no resultado (2010, p. 127).

Nesse processo, para Marx, o estranhamento se aprofunda com a crescente autonomia assumida pelas condições objetivas do trabalho em relação ao trabalho vivo, a riqueza social confrontando o trabalho como poder estranho em proporções cada vez mais poderosas. Em outros termos, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, o trabalho objetivado cresce em relação ao trabalho vivo, uma vez que força produtiva do trabalho crescente significa a necessidade de menos trabalho imediato para criar mais produto e, portanto, que a riqueza se expressa cada vez mais nas condições do trabalho criadas pelo próprio trabalho. Em síntese,

o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, *i.e.*, ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos. Na medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece de fato como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital –, tal distorção ou inversão é *efetiva* e não *simplesmente imaginada*, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas (MARX, 2011, p. 706, grifos do autor).

Em relação ao processo de alienação do trabalhador, pode-se acrescentar – a partir do exame do valor que deveio capital e do trabalho vivo como simples valor de uso oposto ao capital – que o trabalho vivo cria a riqueza como riqueza alheia, riqueza do capitalista estranha à capacidade de trabalho e a indigência da capacidade de trabalho viva como riqueza própria: “o trabalho vivo aparece como simples meio para valorizar o trabalho objetivado, morto, para impregná-lo de uma alma vivificante e perder no trabalho morto sua própria alma” (MARX, 2011, p. 379). Por conseguinte, a força de trabalho sai do processo de produção como condição para a valorização e conservação das condições objetivas e fica mais pobre da energia vital despendida.

Para Marx (2012, pp. 81-7) essas consequências são resultado do pressuposto de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho, pois, paralelamente ao desgaste que resulta do trabalhador em atividade, mais poderoso se torna o mundo alheio; mas, em contraste, mais pobre o mundo interior do trabalhador e tanto menos ele pertence a si próprio. Porém, esclarece Marx, o estranhamento não se mostra somente no produto, no resultado do trabalho, na exteriorização, mas, também, e principalmente, no próprio ato da produção, na exteriorização ativa. Trata-se da relação do próprio trabalhador com a atividade que é estranha a ele, atividade como criadora de valor que não lhe pertence, a não ser como miséria.

Em sua análise Marx examina, além da relação do trabalhador com o produto do trabalho e da relação com o ato da produção, uma terceira determinação do trabalho estranhado. Esta terceira determinação diz respeito ao fato de que o “homem é um ser genérico” e, por tal motivo, à diferença do animal que não se distingue de sua atividade vital, ele tem uma atividade vital consciente. No caso do homem, quanto mais universal ele é, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Entretanto, como resultado do estranhamento, a vida genérica do ser humano, sua atividade livre, torna-se um “meio”, visto que faz da atividade vital apenas um meio para sua existência. Portanto,

quando arranca (...) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (...) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2012, p. 85, grifos do autor).

Em poucas palavras, para o trabalhador, o material e o instrumento com que trabalha são estranhos, o seu trabalho objetiva-se em algo que não lhe pertence, quer dizer, o produto se apresenta como propriedade alheia – combinação de material alheio, instrumento alheio e trabalho alheio (MARX, 2011, p. 380). Em consequência, o trabalho assalariado, trabalho produtor de capital, é “trabalho vivo que produz como poderes estranhos perante a si mesmo, como *valores existentes por si, independentes dele*, tanto as condições objetivas de sua efetivação como atividade quanto os momentos objetivos de sua existência como capacidade de trabalho” (MARX, 2011, p. 380, grifos do autor). Os meios de trabalho, deste modo, apresentam-se frente ao trabalhador como formas de existência que o dominam e são dele independentes:

a unidade coletiva na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, a utilização das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como maquinaria, tudo isto se contrapõe aos trabalhadores individuais, de forma autônoma, como um ser alheio, objetivo, que lhes preexiste (MARX, 1985, p. 127).

A força produtiva social do trabalho se desenvolve com o modo de produção capitalista e cresce perante o trabalhador a riqueza acumulada como capital, portanto, “como domínio sobre a capacidade de trabalho viva, como valor dotado de poder e vontade próprios” (MARX, 2011, p. 372), como riqueza alheia acumulada que o domina, ao passo que se desenvolve na mesma proporção a sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas: “[o] seu esvaziamento e essa pletora correspondem-se, vão a par” (MARX, 1985, p. 135). Em outros termos, “[c]om a *valorização* do mundo das coisas [*Sachenwelt*] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [*Menschenwelt*]” (MARX, 2012, p. 80, grifos do autor).

Nesta sociedade, desse modo, ao mesmo tempo em que cresce a riqueza social acumulada como capital, os indivíduos unidimensionalizados, nus de outras relações, são reduzidos a meros trabalhadores e perdem o sentido de seu trabalho – daí o nexos entre forma de conexão social (centralidade do trabalho), estranhamento e pobreza absoluta no capitalismo. Por essa razão, se a centralidade do trabalho no capitalismo pode ser entendida como sinônimo de modo de produção infinito de valor, é praticamente um truísmo dizer que a crítica à centralidade é um imperativo, pois, em lugar de constituir uma manifestação de liberdade, de realização, ela expressa a dominação abstrata do trabalho pela dinâmica do seu produto, a autoescravização dos

indivíduos, da humanidade. Em virtude disso, conforme se tentou mostrar, essa crítica representa uma determinação relevante para a crítica à “pobreza absoluta” (como entendida por Marx), visto que essa centralidade constitui um impedimento para o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, para a humanização do ser humano. Tal desenvolvimento seria possível como resultado do aumento da produtividade do trabalho social, se superada a forma burguesa de riqueza como valor, como controle do trabalho alheio.

A forma burguesa específica de riqueza como valor, com sua própria forma de individualidade social, corresponde ao segundo estágio de desenvolvimento das formas sociais identificado por Marx, e difere das primeiras formas, caracterizadas por relações de dependência pessoal e natural, nas quais a produtividade humana se desenvolvia de maneira restrita e em pontos isolados. Para Marx, esse segundo estágio, que está fundado na oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da “relação de valor e da produção baseada no valor” (2011, p. 587).

Muito embora a massa de tempo de trabalho imediato continue sendo o fator determinante da produção capitalista, como resultado do desenvolvimento da grande indústria, do progresso da tecnologia e da aplicação da ciência à produção, “a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho” (MARX, 2011, p. 587). Por esta razão, observa Marx, o trabalhador, em vez de ser o agente principal, coloca-se ao lado do processo de produção e, assim, o que “aparece como sustentação da produção e da riqueza” é a apropriação de sua própria força produtiva geral. Dessa maneira, a garantia da produção e da riqueza “não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha” (MARX, 2011, p. 587). Em virtude disso, afirma Marx, “[o]roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria” (MARX, 2011, p. 588, grifos do autor).

Para Marx, nesse esboço dos diferentes estágios de desenvolvimento das formas sociais, o terceiro estágio seria resultado das condições criadas pelo segundo, e consistiria na “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e [n]a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” (2011, p. 106). Nesse terceiro estágio, a distribuição modificada dos meios de produção partiria de uma base de *produção modificada, nova*, originada por meio do processo histórico (MARX, 2011, p. 707). Vale dizer, não se trata do mesmo

modo de produção com um modo de distribuição mais justo, mas de uma base de produção modificada. Evidentemente, Marx realiza aqui uma crítica do trabalho no capitalismo, crítica que, não limitada à distribuição da riqueza, tem como objeto tanto o capital como o trabalho. Só assim seria possível alcançar a plena realização da liberdade como controle do trabalho por parte da humanidade e do desenvolvimento pleno das individualidades e, como consequência, a “pobreza absoluta” e o estranhamento inerentes à sociedade capitalista seriam superados.

### ***Marx e a crítica "negativa"***

Marx, conforme argumenta Postone, ao formular uma “crítica do trabalho no capitalismo” com base na análise da especificidade histórica do trabalho, transformou a essência da crítica social baseada na teoria do valor-trabalho de “positiva” em “negativa” (2014, p. 83). A “crítica do trabalho no capitalismo” – a crítica negativa – tem como objetos da crítica tanto o capital como o trabalho e é desenvolvida com base no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente. Tal crítica “não [é] apenas uma crítica da exploração do trabalho e do modo de distribuição”. Ao contrário, “a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas de produção e distribuição” (POSTONE, 2014, p. 148)<sup>13</sup>.

Para o autor, em contraste, a crítica positiva do trabalho é uma crítica social do “ponto de vista do trabalho”, não aponta para além do existente, pois consiste na crítica do que é com base no que também é e, assim, subentende só uma variação no interior da formação social capitalista (POSTONE, 2014, p. 84). Em poucas palavras, a crítica positiva “critica o que é com base no que também é e, portanto, não aponta realmente para além da totalidade existente” (POSTONE, 2014, p. 111).

A análise fundamentada na centralidade do trabalho na vida social faz uma crítica “positiva” ao capitalismo, na medida em que a possibilidade de organizar a produção de uma forma mais justa e racional está estruturada e baseada no modo de produção industrial próprio do capitalismo. Dessa maneira, o que deve ser transformado é o “modo de distribuição” e, conseqüentemente, quando forem eliminadas as relações sociais capitalistas, reduzidas à propriedade privada e ao mercado, será superada a

---

<sup>13</sup> Para Postone, é “na forma de trabalho no capitalismo” que são fundamentadas essencialmente a dominação abstrata e a exploração característica do trabalho no capitalismo (2014, p. 188). “A teoria marxiana inclui, evidentemente, uma análise da exploração e dominação de classe, mas vai além da investigação da distribuição desigual da riqueza e do poder no capitalismo, e apreende a própria natureza do seu tecido social, sua forma singular de riqueza e sua forma intrínseca de dominação.” (POSTONE, 2014, p. 180)

dominação social e a classe trabalhadora será a classe universal no socialismo, assim como os capitalistas são a classe dominante nesta forma de organização social. Sob esse ponto de vista, na avaliação de Postone, a crítica positiva é resultado da projeção transistórica do que é específico do capitalismo e que trata as categorias marxianas como categorias de uma “economia política crítica”, em vez de uma “crítica da economia política” (POSTONE, 2014, p. 458)<sup>14</sup>.

A crítica negativa do trabalho, como mostrado, é uma crítica à centralidade do trabalho, crítica que considera a totalidade capitalista, tanto o capital como o trabalho e, em virtude disso, não reduz a crítica à distribuição da riqueza e à necessidade de organizar de uma forma mais justa a distribuição.

Duayer, nessa mesma perspectiva, reconhece a existência de dois tipos de crítica: a “crítica positiva” e a “crítica negativa” (2011, p. 98). A primeira é a crítica que considera o mundo um dado insuperável, inalterável, de modo que a compreensão, a descrição e as práticas estimuladas por tal crítica sempre se circunscrevem a este mundo imediato, a-histórico. Por conseguinte, a crítica positiva interdita por princípio “toda prática que transcende os limites da reprodução do existente, seja em conformidade com uma concepção a-histórica da sociedade, seja em razão de uma concepção da história como absoluta contingência” (DUAYER, 2011, p. 99). Tal concepção, esclarece o autor, não significa indiferença às infâmias deste mundo. Todavia, se as misérias sociais são próprias da forma social, neste caso, capitalista, uma ciência social, sendo positiva, evidentemente não tem como investigar as verdadeiras causas das misérias sociais, restringindo-se, por isso, a estudar formas de atenuar e gerenciar os efeitos dos “sofrimentos cotidianos”, sempre nos limites deste mundo.

Por contraste com tal modalidade de crítica, a teoria social marxiana é “crítica negativa” da sociedade do capital. Trata-se da “crítica das formas correntes de figurar o mundo, das descrições correntes do mundo, compatíveis com e necessárias para um mundo que parece se reproduzir sempre da mesma forma” (DUAYER, 2011, p. 99). Desse modo, em oposição à crítica positiva, a crítica negativa figura “o mundo social como mundo histórico, portanto, mutável (...) [abrindo] espaço para práticas sociais compatíveis com a historicidade do mundo” (DUAYER, 2011, p. 99)

---

<sup>14</sup> Heinrich, na análise crítica do “marxismo tradicional ou ideológico”, também ressalta a diferença entre a “economia política marxista” e “crítica da economia política” (2008, pp. 39-55).

## **Considerações finais**

Como se procurou mostrar, o trabalho como categoria fundante na gênese e no desenvolvimento do ser social permite sua autocriação e reprodução ampliada, a explicitação e o desenvolvimento das capacidades e a diversificação de esferas do ser social. Em flagrante contraste com essa tendência própria do desenvolvimento do ser social, no capitalismo o trabalho adquire centralidade. Como resultado desta centralidade, os indivíduos são unidimensionalizados, exteriorizados de seu conteúdo humano, reduzidos a meros trabalhadores e, paradoxalmente, perdem o sentido da produção, são submetidos a uma dinâmica estranhada. A produção fica, desse modo, limitada à expansão infinita do valor, do capital, enfim, expropriação ilimitada de trabalho alheio. Como sublinha Marx, na sociedade burguesa

essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior (MARX, 2011, pp. 399-400).

Para Marx, em oposição a essa dinâmica estranhada que submete os indivíduos, a plena realização da liberdade significa o controle do trabalho por parte da humanidade e, conseqüentemente, a possibilidade do livre desenvolvimento das individualidades, a superação da pobreza absoluta. A liberdade, tal como entendida por Marx, como superação do trabalho estranhado e da pobreza absoluta, significa que:

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto caminho social da atividade humana como fim autônomo. (LUKÁCS, 1978, p. 16)

Daí é possível concluir que a crítica de Marx é crítica do trabalho no capitalismo e, por isso, a crítica à centralidade do trabalho é um imperativo para a crítica do capital. Trata-se, em outras palavras, da necessidade de restaurar a teoria social marxiana como crítica negativa desta forma de organização social.

## **Referências bibliográficas**

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, Boitempo, n. 17, pp. 88-99, nov. 2011.



- \_\_\_\_\_. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 29, v. 10, pp. 35-47, 2012. Republicada *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* n. 22, nov. 2016.
- \_\_\_\_\_. ESCURRA, M. F.; SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *Revista Katálysis*, Florianópolis, n. 1, v. 16, pp. 17-25, jan./jun. 2013.
- ESCURRA, M. F. *Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx*. 2015. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HEINRICH, M. *Crítica de la economía política*. Una introducción a *El capital* de Marx. Madri: Escolar y Mayo Editores, 2008.
- JAPPE, A. *Crédito à morte*. A decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, v. 4, pp. 1-18, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social* v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Capítulo VI inédito de O capital*. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O capital*. Crítica da economia política I. I, v. I e II. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. “O capital em geral”. In: *Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POSTONE, M. “Lo que el trabajo esconde”. In: *Repensando a Marx (en un mundo post-marxista)*. Madri: Traficantes de Sueños, 2005, pp. 249-82.
- \_\_\_\_\_. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- TERTULIAN, N. Sobre o método ontológico-genético em filosofia. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, Edufsc, n. 2, v. 27, pp. 375-408, jul./dez. 2009.